

Ensino a distância e desenvolvimento comunitário: convergência estratégica para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento do Ceará

Pode parecer pretensioso que um forasteiro, ignorante das condições locais, se atreva a tecer considerações sobre assuntos tão complexos como os efeitos da combinação do ensino a distância com o desenvolvimento comunitário no processo de desenvolvimento do Ceará. E de facto seria se não fossem duas circunstâncias: em primeiro lugar, a consciência que temos de que um olhar exterior, ainda que ignorante das condições internas de uma dada realidade, constitui uma perspectiva diferente que pode ajudar a equacionar questões que a excessiva imersão nos problemas não permite visibilizar por falta de perspectiva. Em segundo lugar porque a experiência de outras paragens pode constituir um contributo, ainda que modesto, para a reflexão sobre o quotidiano local. Foi com este espírito que aceitei o desafio do Magnífico Reitor da UVA para tecer umas breves reflexões sobre esta questão.

O ensino aberto e a distância (EAD)

Há bem poucos anos quando se discutia sobre **educação** quase todos os interlocutores se referiam ao que hoje se chama **formação inicial**. Estava-se numa época em que o ciclo de vida do Conhecimento, isto é, o tempo que mediava entre o momento da sua criação e o da sua morte, era longo, podendo mesmo exceder o ciclo de vida humano. Como consequência imediata desta situação, considerava-se que os conhecimentos acumulados na primeira parte da vida de um indivíduo constituíam património cognitivo suficiente para o desempenho dos vários papéis que ele iria ter ao longo da sua vida.

Hoje a situação alterou-se drasticamente: o Futuro entra cada vez mais depressa no Presente sem pedir licença (Toffler, 1970, 1980, 1990), daí resultando um processo de mudança acelerada que, na expressão feliz de Margueret Mead, nos confere o estatuto de *migrantes no Tempo* (Mead, 1969) levando outros autores a considerar estarmos a entrar numa espécie de *Idade do Ferro Planetária* (Morin, 1991).

Resultante da força conjugada, do aumento da esperança média de vida das populações e da redução drástica do ciclo de vida do Conhecimento (Knowles, 1980: 40-41), **a formação inicial perdeu peso relativo**, circunscrevendo-se à aprendizagem básica de conhecimentos, técnicas e atitudes, susceptíveis de virem alicerçar a aprendizagem ao longo do resto do ciclo de vida. Em contrapartida regista-se o **alargamento da formação contínua**, à medida em que se vai tomando consciência da degradabilidade do saber e do seu ciclo de vida cada vez mais curto.

Este facto, associado ao **alargamento da escolaridade obrigatória e das taxas de cobertura** dos ensinos secundário e superior e à generalização da ideia de que **a educação** não se deve circunscrever às camadas infanto-juvenis, mas **estender-se às coortes infantis pré-escolares e a toda a população adulta**, activa ou não, tem contribuído para pressionar os sistemas educativos com uma **sobrecarga de exigências** a que estes não têm conseguido dar resposta.

Para responder a estes desafios, tem-se vindo a desenhar na consciência internacional a ideia de um sistema de **respostas complementares** às tradicionais, que permitam **ampliar e diversificar a oferta educativa**. Entre estas, emergem com particular evidência **os sistemas de ensino aberto e a distância (EAD) e o Desenvolvimento Comunitário**.

O EAD nasceu e desenvolveu-se ao longo dos últimos 150 anos sob múltiplos formatos que, de comum, têm duas características dominantes:

1. uma **filosofia de aprendizagem aberta** o que significa que o aprendente possui margem de manobra para escolher **o que** quer aprender (conteúdos de aprendizagem), **onde** quer aprender (local de aprendizagem), **como** quer aprender (métodos e media), **quando** quer aprender (ocasião do dia ou da semana), o **ritmo** a que quer aprender, **a quem quer recorrer** para aprofundar conhecimentos ou

colher orientações metodológicas, **a que sistema de creditação se quer submeter** (grau académico, certificado profissional ou certificado de frequência);

2. um processo de aprendizagem em situação de **descontiguidade geográfica e por vezes mesmo temporal**, i.é, em que o aprendente e o ensinante não se encontram juntos, habitualmente, ao longo do processo educativo¹;

As mais de **oitocentas organizações**, sediadas em cerca de **100 países** e associadas no International Council for Distance Education (ICDE), apresentam habitualmente um de três formatos organizacionais: um **formato departamental**, que se apresenta sob a forma de unidades orgânicas especializadas, fazendo parte de organizações maiores, de ensino presencial, sob diversas designações (departamento, centro, instituto, etc); um **formato autónomo**, com uma organização concebida de raiz para prestar serviços de ensino e formação a distância.; um **formato em rede**, integrando uma grande diversidade de organizações ligadas com o objectivo de promover o ensino e a formação a distância.

Este tipo de ensino tem-se desenvolvido em contextos socio-económicos muito diferentes, com diferentes públicos-alvos, diversos sistemas de oferta, segundo os três formatos de organização acima referidos. Todavia, seja qual for o formato adoptado, parece ser consensual que **qualquer sistema de EAD**, para obter resultados com qualidade educativa, **tem de integrar três tipos de componentes estratégicas: materiais de boa qualidade**, preparados para serem usados em regime de auto-aprendizagem, em suportes diversificados (scripto, audio, vídeo, informático e multimedia); **sistemas de interacção** (informação, aconselhamento e tutoria) adequados à população-alvo e aos objectivos de aprendizagem; e **sistemas de avaliação rigorosos e transparentes**, quer no que diz respeito à avaliação dos aprendentes (estudantes e formandos) quer no que concerne ao controlo de qualidade do próprio sistema ensinante.

É neste quadro que se inscreve a **evolução** do ensino aberto e a distância para o século XXI, que podemos identificar a partir da análise dos resultados de encontros recentes como as **Conferências de Bangkok** (1992) e de **Wellington** (1994), de um **estudo da OCDE** divulgado em 1994 e da **Reunião de Lisboa** da Conferência Permanente de Presidentes do ICDE (**SCOP**), efectuada em Outubro de 1997. A partir dessas fontes parecem desenhar-se as seguintes **macrotendências**:

- A educação a distância **continuará a expandir-se em ritmo cada vez mais acelerado**, combinada com o ensino presencial.
- A **discussão ética e política sobre a sua utilização** colocar-se-á com cada vez mais intensidade, dado o risco da sua instrumentalização ao serviço de forças anti-democráticas.
- A **EAD** tenderá a **diversificar-se** tanto em matéria de **públicos-alvo** (por exemplo migrantes, minorias e funcionários internacionais) como de **sistemas de comunicação educacional** (com avanço progressivo dos **sistemas multimedia**).
- Um dos vectores de maior desenvolvimento da educação a distância será sem dúvida, o **aperfeiçoamento dos sistemas de apoio ao aprendente**, tendo em conta as suas **novas necessidades**, e visando facilitar o acesso à aprendizagem com **maior autonomia**.

¹ O problema da **descontiguidade espaço-temporal** reduziu-se profundamente com a evolução tecnológica, à medida em que se foram adoptando, cumulativamente com o *correio*, outros meios de comunicação. Hoje, tal descontiguidade é ultrapassável tanto no que respeita à distância espacial (com a *rádio e da televisão*) como no que concerne à distância temporal (com o *telefone* e o *rádio amadorismo*) entre ensinante e aprendente. Com o desenvolvimento e generalização do uso da *informática* e da *telemática* registados desde a década de oitenta, a possibilidade de interactividade tem vindo a crescer em exponencial, **reduzindo drasticamente a questão da distância entre ensinante e aprendente**.

- **O apoio dos sistemas de ensino a distância a projectos de organização e desenvolvimento comunitário** intensificar-se-á em diversos domínios, como o da educação para a saúde e para o cooperativismo, o da formação de professores, da extensão rural, da protecção civil e da enfermagem.
- A par de todas estas macrotendências, é previsível que se venham a incrementar cada vez mais linhas interdisciplinares de **investigação e desenvolvimento** nos domínios dos sistemas de produção multimedia, comunicação educacional, e teoria da recepção.

O desenvolvimento comunitário (DC)

O termo *Desenvolvimento Comunitário* tem sido utilizado com diversos sentidos de acordo com o contexto histórico e social em que se inscreve. No entanto, na acepção técnica que hoje se lhe reconhece, é em 1950 que é consagrado no Documento das Nações Unidas intitulado ***Progresso social através do Desenvolvimento Comunitário***. Nesse relatório é definido como um *processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa*.

Nos cinquenta anos de experiências que se seguiram aquele documento fundador foi emergindo um conjunto de princípios que configuram todas as estratégias de Desenvolvimento Comunitário, ainda hoje de grande actualidade:

- o **princípio das necessidades sentidas** que defende que todo o projecto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;
- o **princípio da participação**, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;
- o **princípio da cooperação** que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projectos de Desenvolvimento Comunitário;
- o **princípio da auto-sustentação** que defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem rupturas, susceptíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;
- o **princípio da universalidade** que afirma que um projecto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objectivo a alteração profunda das condições que estão na base da situação de subdesenvolvimento.

Ensino a distância, desenvolvimento comunitário e sustentabilidade do desenvolvimento do Ceará

Desde o famoso Relatório Brundtland, difundido nos finais dos anos oitenta, que ao conceito de **desenvolvimento** se associou a ideia de **sustentabilidade**. Isto significa que **não chega** que uma dada população tenha **acesso aos recursos** indispensáveis para lhe garantir uma qualidade de vida digna e a sua valorização humana: é fundamental que essa mesma população, num acto de **solidariedade intergeracional**, garanta essas condições às novas gerações, não hipotecando o futuro com acções presentes que façam perigar o **ecossistema** em geral e as **condições de sociabilidade** em particular.

Para se atingir esse objectivo é fundamental assumir-se como tarefa colectiva a **educação para o desenvolvimento e para a democracia**. Isto implica promover a educação dos cidadãos para saberem lidar com o fenómeno novo da **mudança** acelerada, conquistarem maior **autonomia** no seu quotidiano, de modo a serem sujeitos da sua história e não objectos de uma história feita por outros, aprenderem os **fundamentos éticos e técnicos da solidariedade**, em suma a ascenderem a uma **cidadania democrática** que exige competências no domínio da **comunicação** (saber ler, escrever, falar e escutar criticamente), da **participação** (saber preparar, tomar e executar decisões) e **representação** (saber escolher, respeitar e substituir representantes).

Uma tal tarefa é gigantesca e impossível de realizar pelos meios convencionais de ensino. É neste contexto que **a combinação do desenvolvimento comunitário e do ensino a distância pode constituir**

uma estratégia viável, uma vez que tira partido dos principais recursos existentes –as próprias pessoas – e de uma tecnologia educativa que permite obter efeitos de escala consideráveis. Para que tal seja possível, permito-me salientar alguns factores que se têm revelado facilitadores noutros lugares:

- **Vontade política**, operacionalizada na afectação dos recursos sobretudo na fase de investimento inicial
- **Parceria** entre todas as instituições de ensino superior, operadores de telecomunicações, operadores de rádio e televisão, autoridades estaduais e municipais e ONGs significativas.
- **Parceria com instituições exteriores ao Estado do Ceará**, tanto do resto do país como do estrangeiro, que forneçam o valor acrescentado do seu conhecimento acumulado, num espírito de verdadeira cooperação e numa lógica de reciprocidade.
- **Comando estratégico unificado nas mãos do sistema educativo** (para o ensino a distância). Isto significa que quem deve comandar o processo educativo são os educadores e não os operadores de telecomunicações. A estes cabe o importantíssimo papel de infraestruturar o sistema com auto-estradas electrónicas que permitam melhorar a comunicação. No entanto o seu papel deverá ser instrumental, uma vez que a escolha dos meios a utilizar é da competência de quem educa (por exemplo: a escolha do telefone ou da videoconferência para um dado objectivo educativo).
- **Comando táctico descentralizado dos municípios e das ONGs** com responsabilidades locais, uma vez que são estes que conhecem as necessidades e os recursos no terreno.

Nestes poucos dias em que tive oportunidade de contactar com mais de uma centena de quadros e dirigentes de organizações públicas cearenses, constatei uma rara consciência para esta questão o que me leva a acreditar que a estratégia apresentada é viável, ainda que inédita. Está de parabéns a UVA pela iniciativa de ter criado um Mestrado em Gestão e Modernização Pública.

Hermano Carmo
Professor das Universidades Aberta e
Técnica de Lisboa